

## **O ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO DAS TEORIAS ECONÔMICAS NEOCLÁSSICA E INSTITUCIONALISTAS: uma abordagem comparativa introdutória**

**Sérgio Lopes**

Professor do curso de Ciências Econômicas, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas-CCSA, da UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Cascavel. Doutorando em Economia na UNC-Universidad Nacional de Córdoba - AR. [sergio.lopes@unioeste.br](mailto:sergio.lopes@unioeste.br)

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é apresentar o arcabouço teórico e metodológico da corrente neoclássica e dos enfoques institucionalistas, compreender como cada uma dessas correntes teóricas explicam o comportamento dos agentes econômicos e o funcionamento da economia e como cada uma incorpora as instituições na análise do processo de crescimento econômico. Para o estudo, foi realizada uma investigação em obras de referências teóricas de autores expertos sobre o tema e as correntes selecionadas são, além da corrente neoclássica, a do Antigo Institucionalismo, a dos Neo-Institucionalistas e da Nova Economia Institucional. No artigo, são caracterizados os pressupostos fundamentais de cada uma das abordagens selecionadas e destacados os pontos de convergência e divergência entre as diferentes vertentes

institucionalistas e em relação à corrente convencional. Como resultado teórico, espera-se contribuir para o debate sobre a importância das teorias institucionalistas na análise do funcionamento da economia e do crescimento econômico.

Palavras-Chave: Corrente neoclássica. Enfoques institucionalistas. Metodologia Econômica.

DOI nº 10.5935/1981-4747.20180007

Recebimento: 25/05/2017

Aprovação: 19/12/2017

## **THE THEORETICAL AND METHODOLOGICAL FRAMEWORK OF THE NEOCLASSICAL AND INSTITUTIONALIST ECONOMIC THEORIES: an introductory comparative approach**

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to present the theoretical and methodological framework of neoclassical economics and institutional approaches, as well as to understand how each of these theoretical currents explains the behavior of the economic agents, the functioning of the economy and also how each one incorporates the institutions in the analysis of growth process economic. For this study, an investigation was carried out in works of theoretical references of expert authors on the subject. For this purpose, besides the neoclassical current, we selected the Old Institutionalism, the Neo-Institutionalists and the New Institutional Economy. In the article, the fundamental assumptions of each of the selected approaches are characterized and the points of convergence and divergence between the different institutional and conventional currents are highlighted. As a theoretical result, it is hoped to contribute to the debate on the importance of institutional theories in the analysis of the functioning of economy and economic growth.

Keywords: Neoclassical current. Institutional approaches. Economic Methodology.

### **1. INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo é apresentar o arcabouço teórico e metodológico das teorias institucionalistas como alternativa ao paradigma neoclássico para explicar o comportamento dos agentes econômicos e mostrar como essas correntes do pensamento econômico incorporam as instituições na análise da economia e do processo de crescimento econômico.

A problematização que se coloca e que se tenta responder está consubstanciada nas seguintes perguntas: Quais são as principais teorias institucionalistas? Quais são as características e pressupostos das abordagens teóricas institucionalistas? O que os enfoques institucionalistas têm em comum e em que se diferenciam entre si e da teoria econômica convencional? Como a nova economia institucional contribui para a análise do crescimento econômico?

Em termos metodológicos, para discutir o tema proposto e encontrar respostas às questões levantadas, foi realizada uma investigação em obras de referências teóricas de autores estudiosos e pesquisadores do tema, a fim de identificar as principais correntes teóricas de interpretação e explicação do funcionamento da economia. A partir dessa identificação, procura-se caracterizar os pressupostos fundamentais de cada uma das abordagens selecionadas e destacar os pontos de convergência e divergência teóricos e metodológicos entre as diferentes vertentes do pensamento institucionalista e também

***O ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO DAS TEORIAS ECONÔMICAS  
NEOCLÁSSICA E INSTITUCIONALISTAS: uma abordagem comparativa  
introdutória***

em relação à corrente tradicional neoclássica. Um quadro de síntese dos principais e pressupostos das escolas é apresentado ao final.

Como resultado do artigo, espera-se contribuir para o debate sobre a importância das teorias institucionalistas na análise do funcionamento da economia e do crescimento econômico.

O presente artigo está dividido em três seções, além desta introdução. A primeira seção descreve os principais pressupostos teóricos e metodológicos da Economia Neoclássica. A segunda seção está subdividida em uma rápida introdução e mais três partes nas quais são apresentados e caracterizados separadamente os pressupostos teóricos e metodológicos dos enfoques institucionalistas selecionados: o Antigo Institucionalismo; o Neo-Institucionalismo; e a Nova Economia Institucional. Finalmente, uma sintética conclusão.

## **2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ECONOMIA NEOCLÁSSICA.**

A teoria neoclássica se utiliza de conceitos universais de oferta, demanda e de utilidade marginal. Esta corrente convencional (mainstream)<sup>1</sup> trabalha com um modelo de mercado perfeitamente competitivo, no qual os agentes atuam com informação completa e, baseados no princípio da escolha racional, tomam decisões com total liberdade para realizar as trocas em geral. Sua base teórica de análise é o individualismo metodológico,<sup>2</sup> o intercâmbio voluntário, a otimização e a eficiência. Emprega modelos formais e comparações empíricas, utilizando-se de métodos estatísticos e econométricos.

---

<sup>1</sup> *Mainstream*, ou corrente econômica dominante, é a que é ensinada nas mais prestigiadas faculdades e universidades, é publicada nas revistas também mais prestigiadas, recebe fundos das mais importantes fundações de pesquisa e ganha os prêmios de maior prestígio. (DEQUEC, 2007, p. 281). O que se denomina como *mainstream* da economia é também referido como “ortodoxia econômica”.

<sup>2</sup> **Individualismo**: “Doutrina segundo a qual o centro da vida humana se encontra na ação do indivíduo, naturalmente livre, e não na coletividade ou no Estado” (SANDRONI, 1999, p. 299). **Individualismo metodológico**: “Todos os fenômenos sociais podem ser explicados, em última análise, em termos de fenômenos referentes aos indivíduos, propriedades destes indivíduos, ou relações entre esses indivíduos”. (ELSTER, Jon, 1982, citado por NOGUERA, 2012, p.2). Em contraposição, o **coletivismo metodológico** “pode ser definido simetricamente como a noção de que todas as intenções ou comportamentos individuais devem ser explicados inteiramente em termos de fenômenos sociais, estruturais, culturais ou institucionais” (HODGSON, 2004, p. 23).

Winter (1986) argumenta que existem sete etapas para alcançar o que ele chama de "Defesa Clássica" do paradigma da racionalidade-como-otimização na teoria econômica convencional, ou seja, os pressupostos comportamentais neoclássicos:

(1) O mundo econômico como um todo {...} é razoavelmente visto como estando em equilíbrio aproximado. (2) Os atores econômicos individuais enfrentam repetidamente a mesma situação de escolha ou uma sequência de situações de escolha muito semelhantes. (3) Os atores têm preferências estáveis e, portanto, avaliam os resultados das escolhas individuais feitas de acordo com critérios estáveis. (4) Dada a exposição repetida, qualquer agente individual poderia identificar e aproveitar qualquer oportunidade disponível para melhorar os resultados (e, no caso das empresas, o faria sob pena de ser eliminada pela concorrência de outras que identificassem tais oportunidades). (5) Portanto, não pode haver equilíbrio no qual os atores individuais não otimizem suas preferências - qualquer posição superficialmente estacionária envolvendo não-maximização seria alterada de acordo com a lógica do ponto anterior. (6) Dado que o mundo está, como observado, em equilíbrio aproximado, ele deve exibir, pelo menos aproximadamente, os padrões implicados pela suposição de que os atores estão maximizando. (7) Os pormenores dos processos adaptativos referidos no ponto 4 são complexos e, provavelmente, ator e situação específica; ao contrário, as regularidades associadas à otimização e equilíbrio são comparativamente simples. (WINTER, 1986, p. S429).<sup>3</sup>

Leijonhufvud (2006, p. 23), referindo-se aos fundamentos da economia neoclássica, afirma que “a otimalidade a nível individual e o equilíbrio competitivo a níveis agregados, são as marcas distintivas da teoria moderna neoclássica”. O autor afirma que, “em grande parte, são os significados atribuídos à ‘otimização’ ou ‘maximização’ a ‘equidade’ e ‘competição’”, e que a noção comum destes conceitos pode ser sintetizada da seguinte forma:

**Nível de agente individual**

O comportamento observado é entendido como o exercício da escolha entre alternativas.

A opção está representada formalmente em termos de otimização restrita.

Para que o problema de otimização tenha uma solução determinada, o agente tem que conhecer o seu conjunto de oportunidades em todas as suas dimensões (por exemplo, preços, presentes e futuros).

A solução é um plano. Para que o plano explique o comportamento observado, a informação que define o conjunto de oportunidades do agente deve ser objetivamente verdadeira.

**Nível do mercado e do sistema**

Se essa descrição do comportamento se aplica a todos os agentes, o sistema deve estar sempre em equilíbrio.

Em um contexto temporal, se vê a economia seguindo uma trajetória de equilíbrio intertemporal, predeterminada conceitualmente pela conciliação de todos os planos individuais (LEIJONHUFVUD, 2006, pp. 23-24).

---

<sup>3</sup> As citações desta referência bem como das outras cujos textos originais estão em inglês ou espanhol refletem uma tradução livre do autor deste artigo.

**O ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO DAS TEORIAS ECONÔMICAS  
NEOCLÁSSICA E INSTITUCIONALISTAS: uma abordagem comparativa  
introdutória**

Leijonhufvud (2006, p. 25) também sustenta que "os construtores do sistema neoclássico conceberam do mesmo modo, os ótimos e os equilíbrios como estados de repouso de processos adaptativos individuais e coletivos respectivamente". E afirma ainda que "isso era o que todo mundo queria dizer quando se referiam às características teóricas neoclássicas como *teoria estática*".

De acordo com Hodgson (1998, p. 169), a economia neoclássica pode ser convenientemente definida como "uma abordagem que: (1) assume um comportamento racional e maximizador por agentes com funções de preferência dadas e estáveis; (2) concentra-se em alcançar ou se movimentar em direção a estados de equilíbrio; e, (3) exclui problemas de informação crônica (como a incerteza)".

Similarmente, David Dequec considera que a "economia neoclássica" distingue-se pela combinação das seguintes características: (1) a ênfase na racionalidade e no uso da maximização da utilidade como critério de racionalidade; (2) a ênfase no equilíbrio; e (3) a negligência de tipos fortes de incerteza e particularmente de incerteza fundamental (DEQUEC, 2007, p. 280).

Com referência ao tema do crescimento econômico, os modelos da corrente neoclássica tentam explicá-lo associando-o a aumentos dos fatores de produção capital e trabalho. Os modelos tradicionais de crescimento econômico são os de Harrod-Domar e o de Solow-Swan, sinteticamente apresentados a seguir.

O modelo básico de crescimento econômico de Harrod-Domar foi desenvolvido de forma independente pelos economistas Roy F. Harrod (1939)<sup>4</sup> e Evsey D. Domar (1946)<sup>5</sup>. Neste modelo precursor, a produção é expressa basicamente como sendo uma função apenas do capital. A sua função de produção é apresentada na forma:  $Y = f(K)$ , em que o produto está em função do capital.

O modelo apresenta uma elevada carga de abstração, ou seja, impõe um leque de condições *ceteris paribus* na forma de pressupostos simplificadores, tais como a ausência do Setor Estado e do Setor Externo, pleno emprego no momento inicial, coeficiente capital/produto constante e propensão média a poupar igual à propensão marginal a poupar. Dessa forma, o modelo apresenta pouca aplicabilidade e correspondência com a realidade dos mercados.

---

<sup>4</sup> HARROD, R.F. An essay in dynamic theory. **Economic Journal** 49, n. 193, p. 14-33, mar. 1939.

<sup>5</sup> DOMAR, E. D. Capital expansion, rate of growth, and employment. **Econometrica**, Vol. 14, n. 2, p. 137-147, 1946.

O modelo de crescimento econômico de Solow-Swan também foi desenvolvido por dois economistas, Robert M. Solow e Trevor Swan, que publicaram suas interpretações teóricas do crescimento no mesmo ano, Solow (1956)<sup>6</sup> e Swan (1956)<sup>7</sup>. Acabou sendo mais conhecido como o Modelo de Solow, por este ser um economista mais famoso (Prêmio Nobel de Economia em 1987).

O modelo de crescimento de Solow segue os pressupostos neoclássicos igualmente ao do modelo Harrod-Domar, porém utilizou uma função de produção de proporções variáveis, ou seja, adotou uma função de produção com rendimentos constantes à escala do tipo  $Y = f(K, L)$ , sendo  $Y$ , o produto que é uma função de  $K$ , capital físico e  $L$ , trabalho, *ceteris paribus*, - ou seja, tudo o mais constante, inclusive as alterações tecnológicas.

De acordo com Mazzucato (2014, p. 63), “quando Solow descobriu que 90% da variação na produção econômica não eram explicados por capital e trabalho, chamou o resíduo de “mudança técnica”. No entanto, prosseguiu a autora, “em vez de se livrarem do velho modelo ruim, simplesmente acrescentaram mudanças técnicas”. Por isso, ainda segundo a autora, “a teoria de Solow ficou conhecida como ‘teoria do crescimento exógeno’ porque a variável da mudança técnica foi inserida de forma exógena, como uma tendência temporal  $A(t)$  (semelhante ao crescimento da população):  $Y = A(t) F(K, L)$ ”.

Portanto, neste modelo básico da corrente neoclássica toma-se como fatores do crescimento econômico, a acumulação do capital, o crescimento da força de trabalho e as alterações tecnológicas. Outros fundamentos característicos da corrente neoclássica em termos conceituais e metodológicos são evidenciados ao confrontá-la com os pressupostos das vertentes institucionalistas, notadamente no tocante ao crescimento econômico.

Como resultado de seu alto grau de abstração, formalização, uso de matemática e da estatística, a teoria neoclássica é vista como uma teoria estática e a-histórica, o que a diferencia, conceitual e metodologicamente das teorias institucionalistas, como se mostra a seguir.

---

<sup>6</sup> SOLOW, R.M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, Vo. 70, n. 1, p. 65-94, fev. 1956.

<sup>7</sup> SWAN, T. Economic growth and capital accumulation. **Economic Record**, Vol. 32, n. 2, p. 334-361, nov. 1956.

### **3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS INSTITUCIONALISTAS**

#### **3.1 OS DIFERENTES ENFOQUES INSTITUCIONALISTAS**

Há uma série de estudos que explicam os elementos básicos de uma análise institucionalista e se apresentam diferentes teorias institucionalistas no cenário da pesquisa econômica que tentam compreender e explicar a economia sob a perspectiva das instituições. As diferentes abordagens possuem cada uma pressupostos teóricos e metodológicos próprios. Porém, há confluência entre os vários enfoques quanto à importância das instituições no entendimento do funcionamento da economia e no processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

Para fins deste artigo, selecionou-se três enfoques institucionalistas considerando-os representativos do pensamento institucionalista, ou conforme afirma Conceição (2002a, p. 608), “pelo menos três definições atuais são relevantes, vinculando-se, cada uma delas, a diferentes visões teóricas, não incompatíveis”. Porém, isto não significa negar a importância às demais abordagens que enriquecem o pensamento institucionalista, restringindo a abrangência apenas por adequação aos limites de um artigo resumido.<sup>8</sup>

A primeira abordagem é a do Antigo Institucionalismo, iniciada em fins de século XIX, é a precursora do institucionalismo. Trata-se de uma corrente de pensamento econômico que surgiu com forte oposição e severas críticas aos pressupostos da corrente neoclássica. Tem como principal fundador Thorstein Veblen, que teve como principais discípulos e seguidores John Commons e Wesley Mitchel.

A segunda é a corrente Neo-Institucionalista, que surge a partir dos anos 1970, quando há um ressurgimento considerável do institucionalismo e é assim designada por alguns autores, exatamente por tentar resgatar a tradição de Veblen, também buscando se distanciar das noções neoclássicas de equilíbrio e de maximização. Destaca a importância do ambiente histórico e social na análise econômica e enfatiza a

---

<sup>8</sup> Além destas três abordagens institucionalistas, há outras que têm características conceituais, teóricas e metodológicas relativamente comuns, que são as vertentes: Neo-Schumpeteriana, Nova Economia Industrial, Economia das Convenções, Estrutura Social de Acumulação e Teoria da Regulação.

interdisciplinaridade. Tem como autores expoentes os economistas Geoffrey Hodgson, Thráinn Eggertsson, Warren Samuels e Malcolm Rutheford, dentre outros.<sup>9</sup>

O terceiro enfoque de pensamento institucionalista é o da Nova Economia Institucional - NEI, que também surgiu a partir da década de 1970. Esta abordagem está mais perto da corrente neoclássica e se aproxima da microeconomia tradicional ao dar foco para os custos de transação, tecnologia e formas institucionais de organização das empresas, para as falhas de mercado e direitos de propriedade. Porém, também critica os pressupostos da racionalidade substantiva<sup>10</sup> e de maximização neoclássicos. Tem como precursor Ronald Coase, seguido por autores como Oliver Williamson e Douglass North, dentre outros.<sup>11</sup>

### 3.2 O ANTIGO INSTITUCIONALISMO

Esta vertente de pensamento econômico institucionalista é chamada por diferentes autores de "velho" institucionalismo, Escola Institucionalista Americana, institucionalismo original, ou mesmo institucionalismo radical.

Klein (1999), ao se referir aos primeiros institucionalistas, Veblen e seus seguidores, afirma que se trata de um grupo distinto, mas que seu trabalho reflete vários temas comuns, principalmente críticos da economia ortodoxa, assim sintetizados: (1) um foco na ação coletiva em lugar da ação individual; (2) a preferência por uma abordagem "evolutiva" e não mecanicista da economia; e (3) uma ênfase na observação empírica sobre o raciocínio dedutivo (KLEIN, 1999, p. 456-457).

As ideias centrais do Antigo Institucionalismo tratam das instituições, dos hábitos, das regras e sua evolução. Para Veblen (1919, p. 239), principal expoente do institucionalismo original, instituição é um “conjunto de hábitos do pensamento comuns à generalidade dos homens”. Por sua vez, Commons (1931, p. 65), também fundador do institucionalismo, define “instituição como a ação coletiva que controla, libera e promove a expansão da ação individual”.

Um argumento chave para Hodgson (1998, p. 167-168), é que “o antigo institucionalismo oferece uma perspectiva radicalmente diferente sobre a natureza da

---

<sup>9</sup> Ver Samuels (1995) e Hodgson (1993).

<sup>10</sup> Racionalidade substantiva: é definida como aquela relacionada ao grau de realização dos objetivos, um comportamento é substancialmente racional quando atinge os objetivos dentro das condições impostas pela situação.

<sup>11</sup> Williamson inclui entre as figuras chave da NEI seis prêmios Nobel: Kenneth Arrow, Friedrich Hayek, Gunnar Myrdal, Herbert Simon, Ronald Coase, e Douglass North (WILLIAMSON, 2000, p. 600).

***O ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO DAS TEORIAS ECONÔMICAS  
NEOCLÁSSICA E INSTITUCIONALISTAS: uma abordagem comparativa  
introdutória***

agencia humana baseada no conceito de hábito<sup>12</sup>. Para o autor, “o hábito e as regras são necessárias para a ação humana” e que estas estão sempre em evolução. Também argumenta que sob este aspecto evolutivo, “existe uma afinidade entre o institucionalismo e a biologia”. O autor diz que em sua ênfase relativamente maior nas especificidades, “a economia institucional se assemelha mais à biologia do que à física”.

Veblen entende o crescimento econômico e a mudança social e institucional como um processo. Para esse pensador institucionalista (1919, p. 74-75), “a história da vida econômica dos indivíduos é um processo cumulativo de adaptação dos meios aos fins, que por sua vez mudam cumulativamente à medida que esse avança, sendo tanto o agente quanto seu meio ambiente resultado desse processo”. Em obra anterior, Veblen (1899, p. 124) sustenta que “a vida do homem na sociedade {...}, é uma luta pela existência e, portanto, é um processo de adaptação seletiva. A evolução da estrutura social tem sido um processo de seleção natural das instituições”. O autor argumenta que,

O progresso que se fez e que se está fazendo nas instituições humanas e no caráter humano pode ser atribuído, em linhas gerais, a uma seleção natural dos hábitos de pensamento mais aptos e a um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que se altera continuamente com o crescimento da comunidade e a mudança das instituições sob as quais os homens têm vivido (VEBLEN, 1899, p. 124).

Assim, no entendimento de Veblen (1899, p. 125-126), “a situação de hoje molda as instituições do amanhã através de um processo coercitivo e seletivo, atuando de acordo com a visão habitual dos homens sobre as coisas e assim alterando ou fortalecendo um ponto de vista ou uma atitude mental forjada no passado”. O autor também argumenta que “as instituições são produtos do processo passado, são adaptadas às circunstâncias passadas, e, portanto, nunca estão completamente de acordo com as exigências do presente”. Dessa forma, “quando se dá um passo no desenvolvimento, este se constitui uma mudança de situação que requer uma nova adaptação; torna-se, portanto um ponto de partida para um novo passo e assim por diante, interminavelmente”.

Porém, Veblen (1899) não espera que o processo conduza o sistema a um ponto de equilíbrio e que a mudança resulte sempre em melhoras para o sistema, talvez possa até piorá-lo porque, diz ele, a “história é absurdista”, é cheia de “incertezas”, não

---

<sup>12</sup> O hábito pode ser definido como uma propensão altamente não deliberativa e auto interessada para participar de um padrão de comportamento previamente adotado (HODGSON, 1998, p. 178).

caminha sempre rumo a um “ótimo paretiano”<sup>13</sup>, por isso não se pode fazer previsões históricas. Dessa forma, pode-se afirmar que o sistema de Veblen não está necessariamente convergindo para um ponto ótimo, de equilíbrio estático, e sim está convergindo para a mudança, sempre evoluindo ao longo do tempo.

Em síntese, Hodgson (1998) faz algumas observações sobre os vários pontos que caracterizam a abordagem institucionalista vebleniana, que em muitos aspectos estão claramente em desacordo com a teoria econômica dominante.

Primeiro, há um certo grau de ênfase nos fatores institucionais e culturais que não é encontrado na teoria econômica dominante. Segundo, a análise é abertamente interdisciplinar, ao reconhecer percepções da política, sociologia, psicologia e outras ciências. Terceiro, não há recurso ao modelo do agente racional, que maximiza a utilidade {...}. Em quarto lugar, as técnicas matemáticas e estatísticas são reconhecidas como servidoras da teoria econômica, e não como a essência dela. Em quinto lugar, a análise não começa pela construção de modelos matemáticos: parte de fatos estilizados e conjecturas teóricas sobre mecanismos causais. Sexto, utiliza-se extensivamente o material empírico histórico e comparativo relativo às instituições socioeconômicas. (HODGSON, 1998, p. 173).

Nesse sentido, a análise da economia e da sociedade feita pelos antigos institucionalistas tem um caráter evolutivo, dinâmico e histórico, no qual as instituições têm um papel determinante, diferentemente da análise neoclássica que é estática e a-histórica, e na qual as instituições não são consideradas.

Segundo Conceição (2002b, p. 122), a abordagem institucionalista de Veblen centra-se em três pontos: “na inadequação da teoria neoclássica em tratar as inovações, supondo-as como dadas, desconsiderando as condições de sua implantação; na preocupação com a maneira como se dá a mudança e o conseqüente crescimento, e não com o equilíbrio estável; e na ênfase no processo de evolução econômica e transformação tecnológica”.

Para os antigos institucionalistas, as instituições não são imutáveis ou rígidas. As instituições mudam e, além de mudanças graduais, o sistema pode avançar através de explosões, crises e conflitos, resultando por sua vez, em mudanças nas atitudes e ações dos indivíduos. Assim, em todo o sistema social existe uma tensão constante entre a ruptura e a regularidade. É nesse sentido que Veblen tentou desenvolver uma teoria da evolução socioeconômica.

---

<sup>13</sup> *Eficiência ou Ótimo de Pareto*. Quando há eficiência nas trocas, na produção e no mix de produtos ofertados. Situação em que os recursos de uma economia são alocados de tal maneira que nenhuma reordenação diferente possa melhorar a situação de qualquer pessoa (ou agente econômico) sem piorar a situação de qualquer outra. O conceito foi introduzido por Vilfredo Pareto (1848-1923). (SANDRONI, 2006, p. 437).

### 3.3 OS NEO-INSTITUCIONALISTAS<sup>14</sup>

A vertente Neo-Institucionalista fundamenta seu conceito de instituição em uma definição de caráter mais histórico, vinculando instituição a estruturas, organizações ou conjunto de leis, de modo que abrange, por exemplo, a moeda, o sistema jurídico, as empresas, o sistema financeiro e os organismos econômicos internacionais.

Os economistas neo-institucionalistas tentam retomar os conceitos e princípios metodológicos dos antigos institucionalistas, sem, contudo, fazer maiores referências aos seus predecessores. Para Conceição (2002b, p. 125), “a abordagem neo-institucionalista resgata a importância de conceitos centrais no Antigo Institucionalismo Norte-americano e se alimenta do crescente vigor teórico da tradição evolucionária”.

De acordo com Hodgson (1998, p. 168), “as ideias centrais dos institucionalistas se preocupam com instituições, hábitos, regras e sua evolução”. No entanto, o autor diz que “os institucionalistas não tentam construir um modelo geral e único baseado nessas ideias” e afirma que a abordagem institucionalista “se move a partir de ideias gerais sobre a ação humana, as instituições e a natureza evolutiva dos processos econômicos para teorias e ideias específicas, relacionadas com instituições econômicas específicas ou tipos de economia”.<sup>15</sup>

Conforme Samuels (1995, p. 571), “existe um conjunto relativamente comum de crenças que unem o trabalho dos institucionalistas tanto a nível teórico quanto aplicado”, que o autor chama de “paradigma institucionalista” a fim de identificar os pontos comuns e as aplicações específicas. O autor parte da premissa de que o problema central de análise da economia de todas as teorias econômicas é a alocação dos recursos. A partir desse pressuposto, traça uma comparação entre o “paradigma institucionalista” com o paradigma *mainstream* neoclássico. Para os institucionalistas, não é verdade que

---

<sup>14</sup> Hoje, o termo "nova economia institucional" está em uso generalizado e está associado a uma vasta literatura. Claramente, o adjetivo temporal {novo} adotado no título desse amplo conjunto de teorias e abordagens do pós-guerra tem a intenção de demarcar a "nova economia institucional" da "antiga" economia institucional de Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell (HODGSON, 1998, p.166).

<sup>15</sup> Em vez de modelos teóricos padrão de indivíduos racionais dados, o institucionalismo baseia-se em pesquisas psicológicas, antropológicas, sociológicas e outras, sobre a forma como as pessoas se comportam. Na verdade, se o institucionalismo tivesse uma teoria geral, esta seria uma teoria geral indicando como desenvolver análises específicas e variadas de fenômenos específicos (HODGSON, 1998, p. 169).

os recursos escassos são alocados entre “usos alternativos pelo mercado”, conforme o pressuposto neoclássico. Samuels destaca que “o cerne da posição institucionalista, seu “objeto de dissenso”, é a concepção do mercado como o mecanismo norteador da economia, ou, mais amplamente, a concepção da economia como organizada e guiada pelo mercado”. O autor argumenta que “a real determinação de qualquer alocação que ocorre em qualquer sociedade é a estrutura organizacional dessa sociedade, em suma suas instituições”.

Porém, para Samuels (1995), os economistas institucionalistas estão interessados em um problema central diferente “o da organização e controle da economia como um sistema que abrange mais do que o mercado” (p. 571). Ou seja, para o autor, esses pensadores estão preocupados com a distribuição do poder na sociedade, com os mercados como uma instituição complexa que funciona em interação com outras instituições, as causas e consequências da psicologia individual e coletiva, a formação do conhecimento e sobretudo com a determinação dos problemas de alocação de recursos (SAMUELS, 1995).

Por outro lado, os institucionalistas também apontam para a natureza estática dos problemas e modelos neoclássicos, enquanto que afirmam a natureza dinâmica e evolutiva da economia. Conforme Samuels (1995, p. 572), “o neoclassicismo é criticado por sua conceptualização e uso da ideia de um mercado puro”.

Em síntese, os economistas neo-institucionalistas tem seus fundamentos baseados em três dimensões: 1) criticam tanto a organização e o funcionamento das economias de mercado, quanto à economia de mercado puro, considerados uma abstração; 2) têm gerado um importante corpo de conhecimento sobre umas variedades de temas; 3) têm desenvolvido uma abordagem multidisciplinar para a resolução de problemas (SAMUELS, 1995, p. 572-573).

Samuels (1995) considera oito principais facetas que caracterizam a economia institucional como um corpo de conhecimento ou uma abordagem capaz de resolver problemas, ou seja um “paradigma institucionalista”. Destacam-se a seguir os dois pontos desse “paradigma” que estão relacionados com o crescimento econômico. 1) Os institucionalistas enfatizam a evolução social e econômica e, portanto, tomam uma orientação ativista explícita em relação às instituições sociais (que consideram importantes e não podem ser tomadas como um dado, como o fazem os neoclássicos, pois são resultado da ação humana e portanto mutáveis). 2) Os institucionalistas dão ênfase à tecnologia como a principal força na transformação dos sistemas econômicos.

***O ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO DAS TEORIAS ECONÔMICAS  
NEOCLÁSSICA E INSTITUCIONALISTAS: uma abordagem comparativa  
introdutória***

Para o autor, os institucionalistas descobriram que a lógica da industrialização tem efeitos profundos sobre a organização social, econômica e política e sobre a natureza da cultura, assim como a cultura tem efeitos profundos sobre a adoção e operação da tecnologia.<sup>16</sup>

Para Conceição (2002b, p. 127), as abordagens institucionalistas, “apesar das diferentes nuances, aproximam-se do referido corpo de conhecimento, revelando um ponto em comum: a negação do funcionamento da economia como algo estático, regulado pelo mercado na busca de um equilíbrio ótimo”.

### 3.4 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL – NEI

A Nova Economia Institucional-NEI também surgiu a partir dos anos 1970. Seus autores desenvolveram um marco teórico que tem nos conceitos de custos de transação, racionalidade limitada, oportunismo e especificidade dos ativos, uma ferramenta de análise e compreensão da forma de organização das empresas e do ambiente institucional em que se tomam as decisões.<sup>17</sup>

A NEI, diferentemente das outras correntes institucionalistas, adota parcialmente os pressupostos teóricos e metodológicos da teoria neoclássica, notadamente o individualismo metodológico, porém também se diferencia desta ao incorporar ou internalizar em sua análise, a variável *instituição*. E nisso reside a sua principal divergência com o *mainstream* neoclássico.

---

<sup>16</sup> Os outros pontos destacados por Samuels são, resumidamente: 1) afirmam a importância do controle social e o exercício da ação coletiva; 2) insistem que o determinante último da alocação de recursos não é o mecanismo de mercado abstrato, mas as instituições; 3) a teoria do valor institucionalista não se ocupa dos preços relativos das mercadorias, mas com o processo pelo qual os valores se incorporam nas instituições, estruturas e nos comportamentos sociais; 4) enfatizam o duplo papel da cultura no processo de causalidade cumulativa e coevolução; 5) a estrutura de poder e as relações sociais geram uma estrutura marcada pela desigualdade e por hierarquias, razão pela qual as instituições tendem a ser pluralistas ou democráticas em sua orientação; 6) os institucionalistas são holísticos, o que permite o uso de outras disciplinas, e fazem seu objeto de estudo econômico necessariamente multidisciplinar (SAMUELS, 1995, p. 573-575).

<sup>17</sup> Oliver Williamson afirma que “a nova economia institucional tem sua origem em bons críticos da ortodoxia que acreditavam que as instituições são importantes e suscetíveis de análise” (WILLIAMSON, 2000, p. 600).

Como um programa de pesquisa em economia a NEI contém elementos que já constavam da tradição neoclássica e outros novos. Entre os elementos que conserva se destaca o individualismo metodológico, os pressupostos de escassez e concorrência e o interesse pelo rigor lógico. Entre as novidades, além da internalização dos fatores institucionais, há dois aspectos epistemológicos importantes: o pressuposto da racionalidade limitada e o da dimensão histórica.

Em termos conceituais, para North (1994, p. 360), “as instituições são as restrições humanamente inventadas que estruturam a interação humana”. Para o autor, essas restrições podem ser “formais (por exemplo, regras, leis, constituições)” ou “informais (por exemplo, normas de comportamento, convenções, códigos de conduta auto-impostos), e suas características de execução”. Ambas “definem a estrutura de incentivos das sociedades e, especificamente, da economia”.

Williamson (2000, p. 595) argumenta que “ainda somos muito ignorantes a respeito das instituições”, porém afirma que a partir dos anos 1970, se tem testemunhado “um enorme progresso no estudo das instituições”. Matthews (1986,<sup>18</sup> citado por Williamson, 2000), explica que “a economia das instituições tornou-se uma das áreas mais vivas da nossa disciplina” e justifica dizendo que a NEI está ligada a duas proposições: em primeiro lugar, porque “as instituições são importantes” e, segundo, “os determinantes das instituições são suscetíveis à análise pelas ferramentas da teoria econômica”. Para Williamson (2000, p. 95), “os economistas institucionais de todos os tipos – antigos e novos – são unânimes na opinião de que as instituições são importantes” e isso é o que os distingue.

Em artigo de 1994,<sup>19</sup> North afirma que “a história econômica é sobre o desempenho das economias através do tempo” (p. 359). Por isso, o autor afirma que sua pesquisa quer “não apenas lançar uma nova luz sobre o passado econômico, mas também contribuir para a teoria econômica fornecendo uma estrutura analítica que permita compreender a mudança econômica”. Para o autor, “uma teoria da dinâmica econômica é crucial para o campo do desenvolvimento econômico”, porque, segundo ele, “a teoria neoclássica é simplesmente uma ferramenta inapropriada para analisar e prescrever políticas que induzam o desenvolvimento”. O autor também critica os

---

<sup>18</sup> MATTHEWS, R.C.O. The Economics of Institutions and the Sources of Economic Growth. **The Economics Journal**. 96:4, p. 903-18, 1986.

<sup>19</sup> O artigo “Economic Performance Through Time”, publicado em 1994, [trata-se](#) da palestra apresentada por Douglass North, por ocasião do recebimento do Prêmio Nobel em Economia, em dezembro de 1993, em Estocolmo.

***O ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO DAS TEORIAS ECONÔMICAS  
NEOCLÁSSICA E INSTITUCIONALISTAS: uma abordagem comparativa  
introdutória***

teóricos neoclássicos ao dizer que estes “se preocupam com a operação dos mercados, não como os mercados se desenvolvem” (NORTH, 1994, p. 359).

Ainda de acordo com esse expoente da nova economia institucional,

a teoria neoclássica na sua forma original deu elegância e precisão matemática e modelou um mundo estático e sem atrito. Quando aplicada à história econômica e ao desenvolvimento, concentrou-se no desenvolvimento tecnológico e, mais recentemente, no investimento de capital humano, mas ignorou a estrutura de incentivos incorporada nas instituições que determinam o grau de investimento social nesses fatores (NORTH, 1994, p. 359).

North também argumenta que a análise neoclássica do desempenho econômico contém duas suposições erradas: i) que as instituições não importam e ii) que o tempo também não tem importância. No entanto, North não se propõe a fornecer “uma teoria da dinâmica econômica comparável à teoria do equilíbrio geral” neoclássico. O que ele quer proporcionar “é um andaime inicial de um quadro analítico capaz de aumentar nossa compreensão da evolução histórica das economias e um guia necessariamente bruto para a política na tarefa contínua de melhorar o desempenho das economias”. Este novo quadro analítico é para North, “uma modificação da teoria neoclássica”, no qual “mantém o pressuposto fundamental da escassez e, portanto, da concorrência e as ferramentas analíticas da teoria microeconômica, modifica o pressuposto da racionalidade<sup>20</sup> e acrescenta a dimensão de tempo” (NORTH, 1994, p. 359).

Ademais, North (1994) salienta a importância das instituições no crescimento econômico ao afirmar que “as instituições formam a estrutura de incentivos da sociedade, e as instituições políticas e econômicas são, em consequência, os fatores determinantes do desempenho econômico”. Desse modo, para o autor, a variável tempo é importante no que se refere à mudança social, porque “é a dimensão em que o processo de aprendizagem do ser humano molda o modo como as instituições evoluem”. Nesse aspecto, North e os teóricos da NEI se aproximam da tradição institucionalista de Veblen ao dar ênfase à dimensão tempo e às crenças/hábitos dos indivíduos. Ou seja, North argumenta que

as crenças que os indivíduos, grupos e sociedades detêm e que determinam suas escolhas são consequência do aprendizado ao longo do tempo, e não apenas do período de vida de um indivíduo ou de uma geração da sociedade, mas o aprendizado incorporado nos indivíduos, grupos e sociedades que é

---

<sup>20</sup> Para o corpo de pensamento da NEI, a racionalidade dos indivíduos não é plena conforme o pressuposto neoclássico, mas limitada devido à assimetria de informações que afetam a capacidade dos agentes na tomada de decisões.

cumulativo ao longo do tempo e transmitido de uma geração para outra através da cultura de uma sociedade (NORTH, 1994, p. 359-360).

Com referência ao processo de crescimento econômico, é importante destacar como a Nova Economia Institucional entende que as instituições afetam o desempenho econômico.

Segundo North (1990), há muito pouca controversia sobre o fato de que “as instituições afetam o desempenho das economias” e da mesma forma assevera que “o desempenho diferencial das economias ao longo do tempo é fundamentalmente influenciada pela forma como evoluem as instituições” (p. 3). Referindo-se ao papel das instituições na análise da economia pelo *mainstream* neoclássico, o autor sustenta que “nem a teoria econômica atual nem a história cliométrica<sup>21</sup> mostram muitos sinais de apreciar o papel das instituições no desempenho econômico porque ainda não existe um quadro analítico para integrar a análise institucional na economia e na história econômica”. (p. 3).

De acordo com North (1991, p. 97), “as instituições fornecem a estrutura de incentivos de uma economia; como essa estrutura evolui, ela modela a direção da mudança econômica para o crescimento, estagnação ou declínio”. Em outro texto, North (2003, p. 1) assevera que “entender o processo da mudança econômica é um condição essencial para melhorar o desempenho econômico”.

North (1991) também destaca que “vivemos em um mundo de mudança econômica dinâmica, mas a teoria que empregamos para compreender esse mundo é estática”, na qual “não há fricção {...}, não há instituições, nem governo; em resumo, os custos de transação são zero”. O autor conclui que “as ferramentas que empregamos para entender e controlar o mundo da mudança dinâmica são simplesmente inadequadas para lidar com os problemas” (p. 97).

Na concepção neoclássica, os custos de transação<sup>22</sup> não são considerados, pois os preços são determinados no âmbito de um mercado puro e eficiente, sem fricções, onde os agentes dotados de perfeitas informações e racionalidade plena buscam a

---

<sup>21</sup> Definição de um conjunto de estudos e pesquisas sobre a história que se utiliza da “cliometria”. O nome vem de “Clio”, a deusa da inspiração dos estudos do passado e suas medições quantitativas (SANDRONI, 2006, p. 102).

<sup>22</sup> **Custo de transação:** custos *ex-ante* de esboçar, negociar e salvaguardar um acordo e, mais especialmente, os custos *ex post* de desadaptação e ajustamento que surgem quando a execução do contrato está desalinhado, como resultado de falhas, erros, omissões e alterações inesperadas; os custos de funcionamento do sistema econômico (WILLIAMSON, 1993, p. 103). Para North, os custos de transação são os custos de especificar o que está sendo trocado e de fazer cumprir os acordos consequentes (NORTH, 1994, p. 361).

***O ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO DAS TEORIAS ECONÔMICAS  
NEOCLÁSSICA E INSTITUCIONALISTAS: uma abordagem comparativa  
introdutória***

maximização dos seus benefícios e rendimentos. Nesse ambiente sem fricções, não há espaço para os arranjos institucionais.

No entanto, para North e para os teóricos da Nova Economia Institucional, a racionalidade dos agentes é parcial, e isso significa que não há pleno conhecimento dos mercados, devido às informações assimétricas, que por sua vez implica em custos adicionais para efetuar o intercâmbio, os *custos de transação*. North (1994, p. 360) afirma que “os indivíduos normalmente agem com informações incompletas e com modelos derivados subjetivamente que com frequência são errôneos”.

Para North (1994, p. 360), “as instituições e a tecnologia empregada determinam os custos de transformação e de transação que se somam aos custos de produção”<sup>23</sup>. No seu estudo principal (NORTH, 1990), no qual examina “a natureza das instituições e as consequências das instituições para o desempenho econômico” (p. 3), o autor, ao elaborar uma teoria dos custos de transação, sustenta que “os custos de informação são a chave dos custos de transação, que consistem dos custos para medir os atributos dos bens que estão sendo trocados e os custos de proteger e fazer cumprir os direitos e aplicação dos acordos” (p. 27).

Conceitualmente, os custos de transação são decorrentes da racionalidade limitada e oportunismo dos agentes<sup>24</sup> e das especificidades dos ativos.<sup>25</sup> Para North (1990, p. 27), “esses custos de mensuração e execução são fontes de instituições sociais, políticas e econômicas”. Segundo os economistas teóricos da NEI, essas instituições, por sua vez, desempenham o papel de estabelecer regras comportamentais (regras do jogo) para restringir a ação dos agentes e ao mesmo tempo incentivar para inovar e investir, e assim, reduzir as incertezas e os custos de transação e aumentar a produtividade.

Segundo Conceição (2002b, p. 133), para a NEI, “a geração da ação coletiva e a estruturação de arranjos contratuais apropriados para minimizar custos de transação

---

<sup>23</sup> Os custos totais de produção consistem nas entradas de recursos de terra, trabalho e capital envolvidos tanto em transformar os atributos físicos de uma mercadoria (tamanho, peso, cor, localização, composição química, etc) como nos de transação - definição, proteção e cumprimento dos direitos de propriedade sobre os bens (o direito de uso, de obter renda do uso, o direito a excluir e o direito a trocar). (NORTH, 1990, p. 28).

<sup>24</sup> **Oportunismo:** o uso da astúcia na busca dos seus próprios interesses, inclui esforços calculados para enganar e confundir (WILLIAMSON, 1993, pp. 81;102).

<sup>25</sup> **Especificidade de ativos:** característica de um investimento especializado, pelo que não pode ser realocados para usos alternativos ou por usuários alternativos, exceto com uma perda do valor produtivo (WILLIAMSON, 1993, p. 101).

orientariam o comportamento e a definição das próprias instituições”. Em síntese, o autor diz que,

Três hipóteses de trabalho aglutinam o pensamento da NEI: em primeiro lugar, as transações e os custos a eles associados definem diferentes modos institucionais de organização; em segundo lugar, a tecnologia, embora se constitua em aspecto fundamental da organização da firma, não é um fator determinante da mesma; e, em terceiro lugar, as ‘falhas de mercado’ são centrais à análise, o que confere importância às ‘hierarquias’ no referido processo. (CONCEIÇÃO, 2002b, p. 129).

Em termos de mudança econômica, North (2003) define que este é o resultado de outras mudanças: i) na quantidade e na qualidade dos seres humanos; ii) no estoque de conhecimento humano, particularmente como esse conhecimento se aplica ao comando humano sobre a natureza; iii) na matriz institucional que define a estrutura de incentivo da sociedade. Portanto, para o autor, “uma teoria completa da mudança econômica teria que integrar essas três vertentes”. (p. 2).

North (1991, p. 98) também argumenta que “a questão central da história econômica e do desenvolvimento econômico é explicar a evolução das instituições políticas e econômicas que criam um ambiente econômico que induz à produtividade crescente”.

Em síntese, a NEI demonstra que as instituições informais e formais se influem mutuamente e definem a matriz institucional, que estabelece as regras do jogo, promove a redução das incertezas e dos custos de transação. Desta maneira, determina os incentivos para os agentes, organismos ou indivíduos, investir e inovar. Esse processo resulta em melhoras na eficiência, produtividade e novos investimentos. Tudo isso é chave para a própria evolução institucional e para o bom desempenho da economia e assim atingir um nível de crescimento/desenvolvimento ao longo do tempo.

Ademais, o que une as correntes institucionalistas é o termo **instituição**, no qual todas concordam e sob o qual estabelecem um ponto em comum, embora lhe atribuindo diferentes conceitos, notadamente entre os Antigos Institucionalistas e os pensadores da Nova Economia Institucional, pois diferenças básicas distiguem os diferentes enfoques.

Do que foi exposto, se observa que conceitualmente, os institucionalistas têm semelhanças e diferenças. Os Antigos Institucionalistas e os Neo-institucionalistas compreendem as instituições como hábitos, crenças, tradições, valores, culturas, de caráter mais dinâmico e evolutivo. Entendem as instituições como resultado de múltiplas interações de indivíduos, que, embora sejam conflitivas e tumultuadas, vão se adaptando ao longo do tempo através de convívio social. Enfatizam a inovação

***O ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO DAS TEORIAS ECONÔMICAS  
NEOCLÁSSICA E INSTITUCIONALISTAS: uma abordagem comparativa  
introdutória***

tecnológica como uma fonte de novas formas de pensar e, portanto, novas instituições. Para eles, as instituições não importam apenas pela estabelecimento de regras, padrões e normas de conduta e comportamento, mas por revelarem processos que operam mudanças sociais, que, por sua vez, pode levar a avanços ou retrocessos.

A Nova Economia Institucional define instituições como as “regras do jogo” em uma sociedade, que por sua vez definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos e estabelecem incentivos para reduzir a incerteza e, portanto, constituem um guia para interação humana. Assim, a NEI ao aproximar-se parcialmente dos pressupostos da teoria neoclássica, ao mesmo tempo se diferencia das premissas das outras correntes institucionalistas.

Parada (2003, p. 94-97), apoiando-se em alguns autores institucionalistas, examina as diferenças metodológicas entre a teoria neoclássica e as correntes de pensamento que trataram de incorporar as instituições na análise da economia, os Antigos Institucionalistas, os Neoinstitucionalista e a Nova Economia Institucional, sobre os seguintes tópicos: 1) o formalismo frente ao antiformalismo; 2) o individualismo frente ao holismo; e 3) a indução versus a dedução.

No que se refere ao aspecto formal, Parada (2003, p. 94) considera que "a economia neoclássica representa o mais alto grau de formalismo. Seus modelos matemáticos são bem desenvolvidos em microeconomia e macroeconomia, combinados com modelos da teoria dos jogos e abordagens estocásticas". Por outro lado, para os Antigos Institucionalistas "a matemática é apenas uma ferramenta valiosa e não uma garantia de que nossas teorias são melhores ou piores".

Ainda segundo Parada (2003), o dilema da economia institucional é que "é muito difícil representá-la usando um conjunto de equações, devido à complexidade dos problemas (...); há que se admitir que o estilo dos institucionalistas para expor suas teorias é muito informal e retórico" (p. 94). Já para a Nova Economia Institucional, "a teoria dos custos de transação, que constitui o seu núcleo teórico, nunca foi formalizado por Coase, que apresentou a sua teoria com exemplos aritméticos simples e uma prosa bem escrita" (p. 95). O autor expõe que Williamson usa alguns "modelos matemáticos em sua teoria da firma, mas sem entrar em complexidades matemáticas" e North usa "algumas técnicas cliométricas, mas suas análises são baseadas em uma abordagem histórica" (p. 95). O autor conclui que a NEI é menos formal do que a economia neoclássica, porém, algo mais formal do que as outras abordagens institucionalistas.

Quanto ao tema *individualismo* versus *holismo*, Parada (2003) argumenta que é um problema metodológico que separa fortemente a vertente antiga e a NEI. Para o autor, "a análise dos antigos institucionalistas enfatiza mais o papel da sociedade na definição dos valores, costumes e instituições formais, sem negar a interação e os processos de retroalimentação entre o indivíduo e a sociedade" (p. 95) e, neste sentido, sua análise é holística. Por sua vez, a abordagem da NEI "é em sua essência individualista, seu ponto de partida é o indivíduo. As instituições surgem de comportamento individual, através da interação entre os indivíduos" (p. 95). O autor conclui que neste ponto, a NEI permanece fiel à economia neoclássica.

Finalmente, de acordo com Parada (2003), há uma separação entre os institucionalistas da vertente antiga e os institucionalistas da NEI em torno do método mais conveniente. Os primeiros "aderiram ao método indutivo". Também empregam "o método comparativo de estudos de casos {...} através do qual extraem generalizações". O método da NEI "é essencialmente dedutivo, igual ao da economia neoclássica" (p. 97).

Para fins de comparação das diferenças básicas entre as correntes de pensamento econômico, o Quadro 1 apresenta, em termos aproximados, de acordo com Caballero (2011), os principais pressupostos teóricos que fundamentam cada uma das diferentes abordagens : da Economia Neoclássica, do Antigo Institucionalismo, abarcando também os Neo-institucionalistas e o da Nova Economia Institucional.

**Quadro 1** – Pressupostos teóricos da Economia Neoclássica, Antigo Institucionalismo e Nova Economia Institucional.

<b>Economia Neoclássica</b>	<b>Antigo Institucionalismo</b>	<b>Nova Economia Institucional</b>
A Economia: ciência de escolha Racionalidade instrumental Individualismo metodológico Mercados eficientes Custos de transação nulos Ausência de instituições Empresa, direito e política como caixas pretas Um mundo ideal de eficiência de Pareto Teorias universais Análise intemporal	Rejeição das bases da economia neoclássica Holismo As questões distributivas são fundamentais Relevância da coerção e do poder As preferências dos indivíduos não devem ser tomadas como dadas Os hábitos são fundamentais para o comportamento humano Instituições como hábitos comuns de pensamento	Economia: ciência da transação. Racionalidade limitada Individualismo metodológico Mercados imperfeitos, com fricções Custos de transações positivos Instituições como regras do jogo Explica as empresas, leis e políticas Maior realismo: ausência de um ótimo social Análises mais específicas Tempo e história são decisivos

**Fonte:** Caballero (2011), adaptado dos Quadros I e II, p. 34 e 35.

Segundo Conceição (2002b), apesar das diferenças entre as referidas abordagens, há muitos pontos em comum. O principal deles é o permanente desafio de

***O ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO DAS TEORIAS ECONÔMICAS  
NEOCLÁSSICA E INSTITUCIONALISTAS: uma abordagem comparativa  
introdutória***

construir uma “teoria econômica com instituições”, ou uma “teoria da dinâmica institucional” (p. 20). Entende-se que é neste aspecto que se encontra a riqueza teórica e a importância dos diversos enfoques institucionalistas.

#### **4. CONCLUSÃO**

Em síntese, do que foi exposto nas seções anteriores, se demonstra que o paradigma neoclássico se fundamenta no pressuposto do homem econômico racional, que atua no mercado sob a hipótese de informação perfeita, onde os agentes são otimizadores e idênticos entre si, calculam e escolhem a alternativa que maximiza sua satisfação. A economia neoclássica é estática, a-histórica, ou seja não considera a variável tempo em suas análises e concebe o sistema econômico em equilíbrio permanente ou tendendo para o equilíbrio. A corrente neoclássica não incorpora as instituições e a mudança institucional no seu marco teórico.

Ademais, pode-se concluir que as correntes institucionalistas criticam e tentam superar as limitações da tradição neoclássica ao incorporar o papel das instituições em sua agenda de pesquisa econômica e análise das economias e sociedades. Os três enfoques considerados neste artigo, com pretensões apenas introdutórias ao debate, apresentam diferenças conceituais, teóricas ou metodológicas, em relação à corrente neoclássica e também entre si.

Porém, todas as vertentes coincidem em incorporar e destacar a importância das instituições para explicar o funcionamento e o desempenho da economia e a mudança/evolução social. Nesse sentido, diferentemente da corrente tradicional, que dá ênfase exclusivamente aos fatores quantitativos de produto, emprego, renda, etc, por meio de modelos com elevado nível de abstração teórica, a análise através da lente institucionalista pode ser uma ferramenta importante para dar uma orientação mais realista e prática para o estudo e interpretação da história econômica.

Dessa forma, as análises de cunho institucionalistas podem lançar uma nova luz ou propiciar uma nova leitura do processo de crescimento econômico das economias e desenvolvimento das sociedades. Com esta perspectiva, espera-se contribuir para o debate sobre a importância dos aportes institucionalistas na análise e interpretação da

economia e do crescimento econômico e, então, também estabelecer novos parâmetros para a prática de políticas econômicas.

## REFERÊNCIAS

CABALLERO, Gonzalo. Economía de las instituciones: de Coase y North a Williamson y Ostrom. **Ekonomiaz** n. 77, 2. Cuatrimestre, 2011.

COMMONS, John R. Institutional Economics. **The American Economic Review**, Vol. 21, n. 4. 1931, p. 648-657.

CONCEIÇÃO, Octávio A.C. A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. **Ensaio FEE**, vol. 23, Número Especial, p. 603-620, 2002a.

CONCEIÇÃO, Octávio A.C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 6, n. 2, jul-dez. 2002b, p. 119-146.

DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, Vol. 30 (2), 2007, p. 279-302. Disponível em: [http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/cursos/2010/dequechdavid\\_neoclassical\\_mainstream\\_orthodox.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/cursos/2010/dequechdavid_neoclassical_mainstream_orthodox.pdf)

HODGSON, Geoffrey M. Institutional economics: surveying the ‘old’ and the ‘new’. **Metroeconomica**, Oxford {s.l}, vol. 44, n. 1. 1993. p. 01-28. Disponível em: [http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-999X.1993.tb00786.x/epdf?r3\\_referer=wol&tracking\\_action=preview\\_click&show\\_checkout=1&purchase\\_referrer=www.google.com.br&purchase\\_site\\_license=LICENSE\\_DENIED](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-999X.1993.tb00786.x/epdf?r3_referer=wol&tracking_action=preview_click&show_checkout=1&purchase_referrer=www.google.com.br&purchase_site_license=LICENSE_DENIED)

HODGSON, Geoffrey M. The approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, vol. 36, n. 1, mar. 1998, p. 166-192. Disponível em: <http://neweconomist.ru/files/Approach.pdf>

HODGSON, Geoffrey M. **The Evolution of Institutional Economics: Agency, Structure and Darwinism in American Institutionalism**. London: Routledge, 2004.

KLEIN, Peter G. New Institutional Economics. **Encyclopedia of Law and Economics**, 1998. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=115810](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=115810)

LEIJONHUFVUD, Axel. **Organización e inestabilidad económica: ensayos elegidos**. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2006.

***O ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO DAS TEORIAS ECONÔMICAS  
NEOCLÁSSICA E INSTITUCIONALISTAS: uma abordagem comparativa  
introdutória***

NOGUERA, José A. ¿Qué es el individualismo metodológico?, In: CHARRY, C. A.; ROJAS, N. (Eds.). **La Era de la Individuación**. Barcelona, Universidad de Barcelona, 2012.

NORTH, Douglas C. **Institutions, institutional changes and economic performance**. Cambridge University Press. 1990.

NORTH, Douglas C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, n. 1. 1991, pp. 97-112. Disponível em:  
[https://www.jstor.org/stable/1942704?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/1942704?seq=1#page_scan_tab_contents).

NORTH, Douglas C. Economic performance through time. **The American Economic Review**, Vol. 84, No. 3. (Jun., 1994), p. 359-368. Disponível em:  
[https://www.jstor.org/stable/2118057?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2118057?seq=1#page_scan_tab_contents).

NORTH, Douglas C. Understanding the process of economic change. **Forum Series on the Role of Institutions in Promoting Economic Growth**. Forum 7 Institutional Barriers to Economic Change: Cases Considered. Mercatus Center – George Mason University. Washington D.C. 24 June 2003.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

PARADA, Jairo J. Economía institucional original y nueva economía institucional: semejanzas y diferencias. **Revista de Economía Institucional**, vol. 5. n. 8, primer semestre/2003, p. 92-116.

SAMUELS, Warren J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, 19, ago. 1995. p. 569-590.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 2006.

VEBLÉN, Thorstein (1899). **The theory of the leisure class: an economic study of institutions**. New York: The Macmillan Company; London: Macmillan. 1899. Disponível em: [http://www.elegant-technology.com/resource/TOLC\\_CMP.PDF](http://www.elegant-technology.com/resource/TOLC_CMP.PDF)

VEBLÉN, Thorstein. **The place of science in modern civilization and other essays**. New York: B. W. Uebach, 1919. Disponível em:  
[http://fax.libs.uga.edu/HB34xV395/1f/place\\_of\\_science\\_in\\_modern\\_civilisation.pdf](http://fax.libs.uga.edu/HB34xV395/1f/place_of_science_in_modern_civilisation.pdf).

WILLIAMSON, E. Oliver. Transaction cost economics and organization theory, **Industrial and Corporate Change**, v. 2. n.2, jan. 1993. p. 77-107.

WILLIAMSON, E. Oliver. The New Institutional Economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**. Vol. XXXVIII (September 2000). pp. 595-613). Disponível em:  
<https://pdfs.semanticscholar.org/abca/15e9c26e155ccf2313d1b8504a7afe7fa9a8.pdf>

WINTER, S. G. Comments on Arrow and on Lucas. **The Journal of Business**, Vol. 59, No. 4, Part 2: The Behavioral Foundations of Economic Theory, pp. S427-S434. The University of Chicago, 1986. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2352772>.